

JORGE ZAHAR EDITOR

A belle époque amazônica



ANA MARIA DAOU

Descobrimo o Brasil



DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

**"Quando o mundo estiver
unido na busca do**

conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Ana Maria Daou

*A Belle Époque
Amazônica*

terceira edição



Sumário

Introdução

O vapor é preciso

A belle époque amazônica como produto do progresso

O Pará, empório comercial da grande bacia amazônica

Manaus, a surpreendente Paris das selvas

E a vida “era social”

Poder e fascínio da ópera

Banquetes e bailes

A vida alegre regada a cerveja

Consumidores e fregueses

Considerações finais

Cronologia

Referências e fontes

Sugestões de leitura

Sobre a autora

Ilustrações

Créditos das ilustrações

1. Banquete. Acervo Coronel Benevenuto de Souza Magalhães. Coleção Lygia Segalla.
2. Panorama de Manaus. Fotografia de A. Fidanza. *Álbum do Amazonas*. Governo do Estado do Amazonas, 1902.
3. Avenida Eduardo Ribeiro. Fotografia de A. Fidanza. *Álbum do Amazonas*. Governo do Estado do Amazonas, 1902.
4. Cena urbana de Belém. *Álbum do Pará*. Governo do Estado do Pará, 1908.
5. Porto de Belém. *Álbum do Pará*. Governo do Estado do Pará, 1908.
6. Teatro Amazonas. Fotografia de A. Fidanza. *Álbum do Amazonas*. Governo do Estado do Amazonas, 1902.
7. Teatro da Paz, Belém, Pará.

Introdução

As histórias aqui reunidas oferecem ao leitor um conjunto de episódios das sociedades amazonense e paraense ocorridos entre os anos 1880 e 1910, período correlato àquele que se convencionou chamar de belle époque. Em diferentes pontos do globo, a crença na prosperidade, no progresso material e na possibilidade de que os “males sociais” pudessem ser equacionados tecnicamente coroou os ideais de liberalismo que marcaram todo o século XIX. A “bela época” é expressão da euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas.

Nossas histórias da belle époque amazônica contemplam temas expressivos do significado da riqueza da borracha (ou seringa) e da euforia social daí advinda nas sociedades paraense e amazonense, embora eu procure mostrar que muitas das transformações que caracterizam o período são anteriores ao boom deste produto. Aqui se entrelaçam os rios da grande bacia do Amazonas, as expectativas das elites do Pará e do Amazonas — identificadas com os ideais liberais e com a crença no progresso e orgulhosas da pródiga natureza amazônica — e os interesses de europeus e americanos, preocupados em garantir o acesso a um bem de produção prioritário para as mais sofisticadas indústrias da época e também em viabilizar o escoamento de vastos estoques de bens industriais.

O final do Segundo Reinado e as décadas iniciais da implantação do regime republicano no Brasil compõem o pano de fundo. Sob vários aspectos, esses anos promoveram as bases das sociedades identificadas com a belle époque amazônica, quando as elites do Pará e do Amazonas — favorecidas pela crescente aplicação da borracha na indústria automobilística — ganham visibilidade nacional e internacional.

Consagrou-se, então, parte de suas expectativas quanto à implantação de sinais e instrumentos de civilização e progresso para o engrandecimento de suas províncias.

A aproximação entre as sociedades paraense e amazonense não é imediata. Além da significativa distância geográfica, temporalidades diferenciadas as circunscrevem. Assim, no Amazonas, a elite se esforçou em anular os 1.600km que separavam a capital, Manaus, do porto do Atlântico, Belém, porta de entrada para o grande vale amazônico. A rivalidade, acirrada no período de maior dinamismo da economia gomífera, bem se expressa nas medidas de caráter fiscal que, em 1900, tornaram obrigatório o embarque da borracha pelo porto de Manaus, para que aí permanecessem os impostos sobre a exportação.

Além disso, há descontinuidades entre o Pará e o Amazonas do ponto de vista das origens sociais dos membros da elite e de sua composição. No Pará, a elite tradicional era composta por proprietários de terras, os pecuaristas, e por grandes comerciantes, sobretudo os de origem portuguesa, de quem também descendiam muitos dos funcionários públicos e cuja permanência no Grão-Pará remontava ao século XVIII. No Amazonas, inexistiam famílias tradicionalmente ligadas à terra, pois se tratava de uma elite de formação recente, predominando os segmentos urbanos, de comerciantes e profissionais liberais.

Há, no entanto, pontos de aproximação que nos permitem falar numa belle époque amazônica, uma área que inclui todo o Pará e avança até o território do atual estado do Acre. Desde o período colonial, a Amazônia foi alvo de medidas específicas por parte da metrópole portuguesa; disto é expressivo, para a região, o projeto iluminista do Marquês de Pombal, que no século XVIII promoveu reformas de cunho econômico, político e administrativo para tirar a região da estagnação econômica, conjugada a um instrumento legal de intervenção sobre os povos indígenas: a lei do Diretório. Tais iniciativas, bastante anteriores ao período aqui tratado, mantêm-se como importante referência para o entendimento de aspectos fundamentais da identidade das sociedades que aí se consolidaram.

Os anseios liberais das elites amazônicas antecedem o chamado boom da economia gomífera; mas foi o dinamismo da economia internacional do final do século XIX que facultou a paraenses e amazonenses a aproximação

e o contato sistemático com o fluxo da economia internacional. A partir de então, eles usufruíram — projetando-se como consumidores — do conforto material que caracterizou a belle époque.

Na apresentação que se segue, o imperativo das águas se impõe, dando passagem a diversas dimensões da belle époque amazônica. A navegação a vapor, percebida e esperada pelas elites como promotora universal do progresso e do engrandecimento de suas províncias, é o ponto de partida. O vapor leva as novidades às capitais, cidades que, na Amazônia, assumem redobrado valor como *locus* da atividade civilizatória. Em Belém e em Manaus, as elites se esforçaram por impor, pelas reformas urbanas, os sinais do conforto material e do progresso facilitados pelos negócios da borracha. O rumo das águas e o vapor favoreceram, igualmente, a internalização das redes do mercado internacional e o acesso aos recônditos seringais, também pontos de chegada de navios, embarcações menores e mercadorias.

As informações selecionadas nos permitirão refletir sobre o modo como as elites amazônicas se inseriram na dinâmica do mercado mundial e como viveram a belle époque. Por meio da leitura de periódicos e documentos de época, foi possível recuperar o ponto de vista dos agentes locais, a perspectiva daqueles que viabilizaram a economia gomífera, especialmente nas capitais modernizadas — cenários favoráveis à invenção de tradições e mitos sobre um período de excessos, embalado pela lírica, regrado pela ordem republicana, estimulado pelo cosmopolitismo e confiante no progresso.

O vapor é preciso

Até meados do século XIX, a área interior da província do Grão-Pará (especialmente a que veio a constituir, em 1850, a província do Amazonas) permaneceu relativamente isolada de outras partes do país e de outros países. O acesso era limitado tanto pelas dificuldades técnicas, como pela política imperial, restritiva à livre navegação. Entre os anos de 1850 e 1870, medidas do governo central alteraram este quadro de isolamento e de ausência de iniciativas em relação ao vale do rio Amazonas, destacando-se a constituição de uma nova unidade administrativa, a introdução da navegação a vapor na bacia do Amazonas e a abertura do rio principal a embarcações de todos os países. Essa incorporação da região amazônica ao conjunto do Império relaciona-se com ações empreendidas pela Coroa no sentido da consolidação da unidade monárquica e do reconhecimento do território.

No conjunto de privilégios concedidos ao Barão de Mauá, em decreto promulgado em agosto de 1852, estava incluído o monopólio da navegação a vapor no rio Amazonas por meio da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que passou, posteriormente, a operar em conjunto com a Amazon Steam Navigation Company Limited, fundada em Londres. Essa inovação tecnológica — o navio a vapor — encurtará distâncias e favorecerá não só a circulação de pessoas e mercadorias como, sobretudo, a conexão com o exterior, sendo importante para o escoamento da produção extrativista regional, em parte consumida nos mercados de Manaus e Belém, em parte exportada para a Europa. Assim como as vias férreas, que em outros países e províncias tiveram caráter subsidiário e complementar aos corredores comerciais, a navegação a vapor na Amazônia cumpriu inegavelmente este papel.

Juntamente com a navegação a vapor, a abertura do rio Amazonas à navegação internacional será assunto central das negociações que o Império do Brasil manteve com representantes estrangeiros dos interesses dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França. Estes faziam pressão no sentido de que o governo brasileiro concedesse o livre acesso à imensa bacia, reivindicando uma postura do governo brasileiro consoante ao

expansionismo da economia internacional. Essa disputa era objeto de tensões entre segmentos das elites políticas nacionais. Por um lado, havia os que advogavam a livre navegação como promotora do povoamento, das trocas comerciais e da melhoria da navegação na região. Na contramão dos liberais, estavam os que se colocavam favoráveis à argumentação do Imperador de que se mantivesse fechada a navegação no Alto-Amazonas enquanto não fossem consolidados na região interesses brasileiros capazes de contrabalançar os estrangeiros.

José Coelho da Gama e Abreu — o barão de Marajó, ilustre político paraense, estudioso do Pará e do Amazonas —, favorável à abertura da bacia Amazônica, se opôs, indignado, ao argumento do governo americano de crítica à política externa brasileira, “oposta aos interesses liberais das nações civilizadas e amantes do progresso”. Os americanos entendiam que “navegar livremente o Amazonas era um direito quase natural, igual ao que tinham de navegar o Oceano”. Natural ou não, o fato é que finalmente, em 7 de setembro de 1867, passa a vigorar o decreto que abriu os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira à navegação mercante universal. O evento foi efusivamente comemorado pelas sociedades paraense e amazonense.

A abertura dos portos ao comércio universal não resultou na intensificação imediata do fluxo de navios. Foram a navegação a vapor e a rapidez das comunicações daí advinda que facilitaram a chegada de gêneros e bens de consumo aos portos amazônicos, promovendo a multiplicação de pequenos núcleos de povoação ao longo dos trajetos dos navios, especialmente no Pará. Para o barão de Marajó, um notável benefício promovido pela navegação foi a “melhoria dos costumes”; era surpreendente, comentava, a quantidade de pessoas que deixavam o Amazonas e o Pará para viajar pela Europa e o número daqueles que, vindos do Velho Continente, visitavam o norte do Brasil. Para o barão, era graças à navegação que numerosas crianças nascidas na Amazônia eram educadas no Rio de Janeiro, na França, em Portugal, na Alemanha e na Inglaterra. Os periódicos de Manaus e de Belém sempre anunciavam a chegada ou a partida de filhos das famílias de renome para os estudos “fora”.

Nas duas últimas décadas do século XIX, essas conexões intensificam-se, possibilitando a incorporação da Amazônia como parte do crescente

mercado internacional. O volume de exportação da borracha começa a tomar destaque no conjunto das exportações da região. Ao dinamismo promovido pela economia gomífera a partir dos anos 1880, correspondeu a chegada de pessoas, capitais e mercadorias, o que facultou para as elites da Amazônia uma situação de riqueza e prosperidade únicas. A descentralização administrativa promovida pela instauração da república deixava para os governos dos estados as receitas advindas da exportação, de modo que, no Pará e no Amazonas, a exportação da borracha gerava uma fase de grande prosperidade das finanças estaduais.

A regularidade das idas e vindas de navios de múltiplas bandeiras veio garantir grande parte do abastecimento das duas capitais, favorecendo a implantação de um tipo de gosto e de consumo que valorizava o que vinha de fora e enfatizava todos os sinais que promovessem uma aproximação com as capitais européias, paradigmáticas do progresso e da civilização. Os efeitos da entrada do vapor se fizeram notar na ampliação da tonelagem e na rapidez da flotilha em relação às embarcações tradicionais; na dinamização das pequenas indústrias de construção naval; e na abertura de rios mais próximos às cabeceiras do Amazonas. Onde era farta a ocorrência das seringueiras, intensificava-se o fluxo de mercadorias e o comércio fluvial. Cada novo seringal era também um novo ponto de vendas de bens de consumo.

A belle époque amazônica como produto do progresso

É indiscutível o lugar que o Brasil assume no conjunto de transformações que então ampliavam significativamente as áreas do planeta sob influência e domínio das economias industriais e das crenças e valores a estas correlatas. Antes mesmo da presença de produtos industriais, dos bens de consumo europeus e americanos no cotidiano de sociedades geograficamente distantes dos centros de produção, os valores tributários do credo liberal encontravam adeptos e vieram a formar as bases da aceitação para que as expansões européia e americana encontrassem ambiente particularmente favorável.

Essa entrada triunfal teve expressão particular no Brasil, num momento em que se atrelavam às transformações advindas da dinâmica da sociedade liberal em expansão o projeto republicano — que, no Brasil, expressará a redenção da situação colonial e a consoante implantação de uma nova ordem de progresso. Disso são exemplares as transformações pelas quais viria a passar a sociedade da antiga Corte do Império, o Rio de Janeiro, que teria no traçado da cidade, nas formas de sociabilidade da elite e nos efeitos sobre as classes trabalhadoras expressões dessas mudanças. No entanto, as transformações urbanísticas ocorridas, já nos anos 1890, nas capitais das distantes províncias do Pará e do Amazonas anteciparam e estimularam o que viria a acontecer, no início do século, na capital da República. A atuação das elites, movidas por expectativas progressistas e estimuladas pelo dinamismo da economia, alteraram de forma marcante a situação da Amazônia brasileira. Nos fins do século XIX e início do XX, este imenso domínio passaria a dispor de estreita vinculação com as economias industriais, interessadas na ampliação de seus mercados para áreas do globo até então mantidas em relativo isolamento da dinâmica das trocas internacionais. Quanto a isso, é certo, a incorporação da borracha como matéria-prima de novas indústrias, advindas da expansão da economia industrial, no final do século XIX, — em estreita vinculação com o desenvolvimento de novas técnicas aliadas à incorporação de novas fontes

de energia e materiais — será responsável pela notável visibilidade que teve a Amazônia durante a chamada *belle époque*.

A borracha, cientificamente denominada *Hevea brasiliensis*, já era conhecida dos europeus desde o século XVIII, quando La Condamine (1736) descreveu sua aplicação pelos nativos da Amazônia para diversos fins, como na fabricação de diversos utensílios de uso cotidiano, como sapatos e garrafas, ou no revestimento de tecidos. Desde então, o produto singularizou-se pela qualidade de impermeabilização e pela inestimável elasticidade. Para que a aplicação industrial da borracha viesse a ocorrer, foram necessárias, no entanto, investigações e pesquisas que, finalmente, permitiram tornar o produto mais estável, não-vulnerável, por exemplo, às alterações da temperatura ambiente. Seu uso foi ampliado a partir da vulcanização, tratamento com enxofre e calor feito por Goodyear (1839), que promovia maior durabilidade das qualidades elásticas do látex. Por toda a segunda metade do século, ampliou-se cada vez mais o uso da borracha.

Na Exposição Universal de 1876, em Paris, a borracha foi exibida como produto incorporado pela técnica, como matéria-prima de pneus em veículos movidos a cavalo. Antes mesmo da ampla vulgarização do automóvel no início do século XX, o uso de luvas de borracha foi uma importante contribuição para a assepsia médica. Preservativos sem costuras longitudinais se difundiram na Inglaterra vitoriana, facilitando o controle da natalidade e da transmissão de doenças venéreas. Bernard Shaw referiu-se a tal proteção de borracha como a maior invenção do século XIX.

Ainda em meados do século, a borracha já ocupava a pauta de exportação como um entre os numerosos produtos extraídos da fauna e flora amazônicas. De acordo com sua pureza e densidade, era classificada em três tipos: a *sernamby*, de qualidade inferior; a *entrefina*; e a *Pará extra fina*, também chamada *fina* ou *Para fine*, categoria utilizada nas cotações internacionais para o melhor látex da Amazônia.

O crescimento gradativo do volume e do valor da produção da seringa foi criticado por diferentes administradores e políticos do Pará e do Amazonas, pois roubava braços às atividades tradicionais. Em seus comentários se revela o desconforto promovido pela “febre” da seringa — que implicou a redução de outras atividades produtivas (por exemplo a agricultura, a criação, a pesca e o próprio extrativismo) e, igualmente, da

comercialização de produtos por elas gerados, como peles e gorduras de animais, seivas e óleos vegetais, ervas medicinais, peixe seco, castanha-do-Pará e cacau.

As críticas, no entanto, pouco interferiram nos acontecimentos, e por toda a Amazônia as atividades ligadas à extração e à comercialização da borracha se impuseram, mobilizando um enorme número de pessoas e vasto capital. Alterou-se a morfologia social, ao se deslocarem para a Amazônia trabalhadores que, rio acima, ajudariam a formar novos seringais. Estrangeiros ali se fixaram, sobretudo nas duas capitais, sendo em grande parte os responsáveis pela volumosa importação de bens de consumo e pela exportação da borracha — estando envolvidos, inclusive, na vinda, para as capitais, do látex coagulado, ou seja, as bolas de borracha que eram embarcadas para o uso industrial.

A borracha foi, sem dúvida, um material do progresso, participando da produção dos mais modernos bens industriais, expressivos dos avanços da técnica e do domínio da natureza pelo homem. Foi também o veículo do progresso material das elites amazônicas, proporcionando-lhes uma inserção particular na dinâmica das trocas materiais e simbólicas. Foi a economia da borracha que facultou às elites das duas províncias (a do Amazonas e a do Grão-Pará) uma aproximação social e cultural com a Europa, já de muito cultivada; orgulhavam-se da riqueza promovida pela floresta — o látex da seringueira, este “dom da natureza”, então monopolizado pela produção amazônica que os conectava, afinal, com o que havia de mais expressivo das conquistas do século XIX. Era um salto qualitativo para aqueles que, há pouco mais de três décadas, queixavam-se do isolamento e clamavam pelo comércio entre os povos.

O látex constava da confecção dos produtos mais expressivos da inventividade humana. Ele agregava uma série de características que o tornava um produto de particular importância para a produção industrial e para muitas das formas de consumo que passariam a ocupar um lugar de destaque como expressão de “civilização” e “progresso”. Para as elites amazônicas, redobrava-se o valor do sentimento de compartilhar dos acontecimentos e peculiaridades de uma época marcada pela crença de que o progresso material possibilitaria à humanidade resolver todos os problemas com razão e bom senso.

O texto de William Irvins abaixo transcrito, publicado em uma revista americana em 1907, foi traduzido e inserido no *Álbum do Pará*, uma publicação do governo estadual de 1908. Naquele momento os preços da borracha amazônica já começavam a baixar, pressionados pela entrada da produção asiática no mercado internacional. A exaltação do artigo é significativa por sintetizar uma idéia cara à elite da borracha: a de sua participação na construção da “vida dos povos civilizados”.

Poderíamos, a rigor, prescindir de vestimentas e de calçados impermeáveis; mas, se não tivéssemos mais borracha, seríamos obrigados a renunciar a freios pelo ar comprimido, e a vida dos viajantes de estradas de ferro ficaria exposta a excessivos perigos. O desaparecimento dessa maravilhosa substância seria ainda muito desastroso para a indústria das bicicletas e dos automóveis ... Enfim, esse duplo desastre nada seria comparativamente à perturbação universal, que transtornaria as mais essenciais condições de existência dos povos civilizados, e as comunicações elétricas ficariam definitivamente interrompidas sobre toda a superfície do globo. Não haveria mais despachos pelo fio aéreo ou pelo cabo submarino, não teríamos mais luz elétrica, nem mais transmissões a grande distância da força produzida pelas cachoeiras, se a substância isolante por excelência que permitisse às correntes elétricas ... viesse a desaparecer completamente, ou pelo menos cessasse de ser produzida em assaz grande quantidade para que a indústria possa comprá-la por preços razoáveis ...

As avaliações sobre as perspectivas da exportação e as possibilidades de quebra do monopólio, muito embora fizessem parte do repertório dos vários agentes comerciais de nacionalidades diversas que percorreram o interior, consideraram as vantagens da produção amazônica, e não chegaram a alterar os rumos do processo que promoveu o Amazonas, o Pará e seus representantes nacional e internacionalmente. Afinal, entre 1898 e 1900, a borracha foi responsável por 25,7% dos valores das exportações brasileiras, sendo superada apenas pelo café (52,7%).

Na primeira década do século XX a Amazônia perdeu o monopólio da produção da borracha. Este é assunto para um outro livro, mas é importante destacar o episódio do traslado da *Hevea brasiliensis* em 1876, quando sementes enviadas de Santarém chegaram ao Jardim Botânico de Kew, Inglaterra, onde a seringa foi cuidadosamente estudada e aclimatada para o cultivo no Sudeste asiático. O resultado deste exercício de racionalização foi a quebra do monopólio amazônico da produção de borracha, uma vez que esta região não logrou o mesmo êxito no controle técnico da produção.

A consequência foi o rápido declínio das exportações amazônicas, anunciando o fim de nossa belle époque equatorial.

O Pará, empório comercial da grande bacia amazônica

As cidades foram, em todos os países, os cenários mais espetaculares da belle époque. Intervenções urbanísticas modernizaram ou renovaram suas feições, expressando a realização dos anseios e do desejo das elites em se mostrarem progressistas e afinadas com o gosto europeu. No Brasil, a renovação das cidades, o afastamento das classes pobres dos limites urbanos, a implantação de uma estética que rompe com os padrões coloniais e o cosmopolitismo são parte de um vocabulário comum às cidades progressistas transformadas pelo urbanismo técnico, pelas medidas higienizadoras e pelas muitas medidas de controle social; a modernização da cidade do Rio de Janeiro é, a esse respeito, emblemática. Embora estas iniciativas também tenham se feito presentes na Amazônia, é preciso ressaltar a especificidade de sua consolidação nas duas capitais, Belém e Manaus — de histórias e tradições muito distintas, ainda que igualmente favorecidas pela economia da borracha.

Santa Maria de Belém do Grão Pará foi fundada no século XVII como uma cidade-fortaleza, uma das iniciativas do império português que visavam à defesa da região setentrional da colônia, objeto de sucessivas disputas entre franceses, holandeses e espanhóis. Quando, em meados do século XVIII, o sábio La Condamine desceu o Amazonas, reconheceu no Pará uma cidade com “ruas bem alinhadas, casas risonhas, magníficas igrejas”. Em 1751, com a chegada do novo governador, Mendonça Furtado — irmão do marquês de Pombal, imbuído do projeto iluminista de restaurar a Amazônia —, a cidade ascendeu a capital da unidade administrativa agora denominada do Grão Pará e Maranhão, diretamente ligada a Lisboa e destacada do Brasil.

Neste momento, chegam à cidade vários cartógrafos e engenheiros, um corpo de profissionais e técnicos que atuaria nas comissões de demarcação do território amazônico. O fato de Belém ter se tornado a capital é expressivo da eficácia pretendida em relação aos controles do território amazônico e do lugar que o aspecto urbano assumia no projeto pombalino.

Muitos dos técnicos permaneceram no Pará e estabeleceram descendência, ampliando as bases da elite paraense. A cidade ganhou novos contornos e foi objeto de investimentos para a regularização dos espaços públicos e a implantação de espaços e instituições sinalizadoras do poder, refazendo-se, na capital do Grão-Pará, o urbanismo monumental da capital do reino. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em seu *Viagem filosófica*, apresenta minuciosas vistas aquareladas e o plano geral da Cidade do Pará, o qual, mesmo em sua expansão durante o século XIX, manteve o padrão proposto pelo urbanismo português.

Em 1859, a cidade, com seus 25.000 habitantes, causou boa impressão ao estudioso Avé-Lallement, a quem chamou a atenção o magnífico palácio do presidente, por ele considerado um dos melhores edifícios do Brasil — numa cidade onde registrou haver “ruas de bom aspecto, casas distintas, igrejas vetustas, um antigo convento”, como lemos em seu *No rio Amazonas* —, muito embora nada lhe subtraísse o ar antigo e português. Nela, tudo parecia velho! Causavam-lhe espécie as maneiras de trajar dos homens e mulheres no Pará: vestiam-se pela última moda francesa, com caudas e anquinhas, fraques e cartolas. Nas casas de família havia sempre um piano, e bandas marciais tocavam hinos patrióticos; estas marcas do que Avé-Lallement chamou de “europeização” acentuar-se-iam nas décadas seguintes, com a ampliação do número dos que a elas tiveram acesso. Poucos anos após a estada de Avé-Lallement na cidade, Hasting, um major americano responsável pela vinda de confederados americanos para o Pará, foi mais favorável em suas observações: ao passar por Belém, impressionou-se com a imponência da cidade, suas longas avenidas arborizadas com mangueiras frondosas, numerosas praças públicas e iluminação a gás.

Na última década do século XIX, a cidade, aos olhos dos paraenses, ainda deixava a desejar, na medida em que, sob muitos aspectos, mantinham-se os traços do urbanismo colonial reconhecidos por seus visitantes. Na “era dos engenheiros”, quando a borracha tornava palpável o progresso, o Pará se modernizou. Jovens paraenses — engenheiros, militares de ideologia positivista —, articulados em redes nacionais de relação com seus colegas de formação estabelecidos na capital da

República, promoveram ou respaldaram as alterações que imprimiriam à cidade os sinais da nova ordem do progresso.

Em obra de 1895, o barão de Marajó descrevia em minúcias as mudanças que transformaram Belém na última década do século XIX, propiciando, a partir de então, uma alteração positiva da “prosperidade pública”, a “purificação de nossos costumes” e o aperfeiçoamento dos espíritos. Sua opinião encerra as observações do historiador e do político cuja atuação na Intendência Municipal de Belém, logo após a instauração da República, certamente favoreceu as transformações a que se refere. Com orgulho, enfatiza as inovações promovidas pelas últimas administrações do período republicano, financiadas por uma “lisonjeira” economia em que os impostos advindos da exportação permaneciam na esfera da administração estadual e os oriundos da importação eram da esfera da administração federal. Ampliaram-se as ofertas de ensino, superando-se com isso o período em que a instrução pública era tão insuficiente que “obrigava os pais a mandarem os filhos para o estrangeiro”. Sem dúvida, o barão se referia aos filhos das famílias dos segmentos mais abastados, os pecuaristas do Pará ou aqueles oriundos da crescente classe média, sedentos de educação formal como parte fundamental de suas trajetórias em busca de posição e prestígio social. Foi o caso da maioria dos filhos da elite de Manaus, onde faltavam as marcas de distinção advindas da riqueza da terra.

No fim de 1894, o Pará (leia-se Belém) era uma cidade com área igual a Madri, cortada por amplas avenidas e grandes estradas direcionadas para os novos bairros que recebiam as famílias em processo de elevação social. Praças ajardinadas, edifícios da administração pública, várias escolas, hospitais, asilos e cadeia compunham as instituições de controle e reprodução social. Completavam o conjunto urbano, com seus serviços e numerosas atividades, os estabelecimentos industriais, casas bancárias e firmas seguradoras, e ainda as companhias de serviços urbanos: telégrafos, telefonia, linhas de bonde e estrada de ferro. As quase 100.000 pessoas que viviam em Belém dispunham ainda de instituições culturais e recreativas, religiosas e laicas. Nas docas do Pará chegavam duas companhias inglesas, fazendo de dez em dez dias a navegação para Lisboa, Havre, Liverpool, Antuérpia, Nova York, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Manaus, além da

navegação costeira até o Maranhão e da linha inglesa com vapores semanais do Rio a Pernambuco, Pará e Nova York.

A transformação radical pela qual Belém passou estendeu-se ainda por toda a primeira década do século XX, de modo que a renovação urbana concretizada pelos engenheiros republicanos e o cosmopolitismo facilitado pela intensificação da exportação promoveram, pelo menos entre os paraenses, a sensação de que Belém era uma das melhores cidades do Brasil. Era indiscutível a prosperidade visível nas ruas, na monumentalidade das avenidas, e a euforia retratada na agenda dos acontecimentos culturais e sociais, conforme registravam os jornais.

Como resultado da expansão da economia da borracha e do crescimento geral das finanças do estado, a elite de fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais e grandes seringalistas passou a viver na capital. As medidas modernizadoras e a reforma urbana impuseram restrições às camadas mais populares. O centro histórico foi mantido em sua escala e traçado do período colonial, e ampliou-se o perímetro da cidade em direção ao porto — afinal, a parte da cidade que melhor expressava o dinamismo econômico e as atividades de importação e exportação que garantiam a riqueza da municipalidade.

Em 1907, Belém contava com 192.230 habitantes. No porto do Pará, o termômetro da vicejante economia, o vaivém de pessoas e mercadorias era grande: das 36.026 pessoas que entraram no estado naquele ano, quase 11.600 permaneceram na capital, absorvidas pelas atividades comerciais e pelos estabelecimentos industriais.

O embelezamento da cidade resultava de alterações urbanísticas e arquitetônicas estimuladas por uma legislação que procurava modernizar os espaços públicos e dotar de certas características as construções, imprimindo, nas fachadas dos prédios, elegância estética, graciosidade e uma racionalidade condizente com as necessidades de ventilação e higiene exigidas pelo clima. Antonio Lemos, intendente de Belém, em relatório de 1905, comentava, desgostoso, o desequilíbrio estético de parte dos edifícios, sugerindo sua demolição e incentivando o apuro arquitetônico nas novas edificações. O apelo teve ressonância, as restrições se impuseram e, de fato, no cenário urbano de Belém e Manaus do início do século, consagraram-se as fachadas que expressavam a incorporação de novas técnicas, dos

princípios de higiene e das normas estéticas. Novos materiais de construção chegavam da Itália, de Portugal e da França, de onde vinham também muitos dos profissionais que cuidaram de executar as alterações de estilo.

É importante considerar a dimensão moral das transformações urbanas, no sentido de impor regras de conduta e hábitos de higiene e racionalizar o uso dos espaços públicos. O código de posturas previa multas para os que jogassem águas utilizadas e quaisquer tipo de dejetos nas ruas, e os jornais anunciavam o horário em que passariam os carros de coleta do lixo, a ser posteriormente incinerado.

Apesar das medidas, em 1893 o cólera produziu muitas vítimas em Belém; na primeira década do século XX, Belém e Manaus eram grandes focos de febres palustres, especialmente a malária, que dizimavam sobretudo os estrangeiros, desprovidos de imunidade. Para solucionar o problema — que difamava a cidade e amedrontava seus moradores —, o governo promoveu uma campanha de erradicação do impaludismo, solicitando os serviços de Osvaldo Cruz entre 1910 e 1911. Contudo, já no próprio início do século XX, quando os postais eram uma das expressões mais vivas da sociabilidade brasileira, entre as imagens que circulavam nos cartões, exibindo os sinais do novo e da modernidade, não faltavam as vistas coloridas de Manaus e Belém — como aquelas encontradas pelo sociólogo Gilberto Freyre em feiras de Lisboa.

Manaus, a surpreendente Paris das selvas

A continuidade histórica entre a povoação de Fortaleza de São José do Rio Negro, fundada no século XVIII, e a capital da província do Amazonas não é imediata, caso se busque na povoação o caráter urbano, a permanência dos prédios ou dos sinais das instituições do Império português e, depois, do Império brasileiro. Nesse aspecto, a diferença entre Belém e Manaus é acentuada. Não é inusitado o fato de que, mais do que Belém, Manaus seja considerada a “capital” da borracha, pois foi na ocasião do boom deste produto que a cidade ganhou visibilidade, projetando-se internacionalmente como uma cidade moderna, dotada de sofisticados meios de transporte e comunicação.

Como vila ou cidade, Manaus teve seu nome submetido à alternância de dois critérios: o da localização geográfica na Barra do Rio Negro e o que privilegiava a referência à ocupação da área por indígenas, entre eles os Manaós. Com a criação da província do Amazonas em 1852, a cidade da Barra do Rio Negro tornou-se sua capital e, em 1856, a Assembléia Legislativa provincial sancionou a lei que mudava o nome para Manaus. O fato foi motivo de comemoração para a população, pois, como registrou o periódico *Estrela do Amazonas*, em setembro de 1856, “todos acham o nome Manaós mais nosso, mais significativo”. A escolha privilegiava mais a referência aos grupos indígenas que ali viviam — Barés, Passés, Banibas e Manaós (sendo esta última a tribo sobre a qual a dominação portuguesa havia sido mais contundente) — que a pouco linear história política e administrativa da província e da cidade que seria sua capital.

Era marcante a precariedade das ruas estreitas entrecortadas por igarapés, a simplicidade do casario e a exclusividade do pequeno comércio. A morfologia social era marcada pelo caráter disperso da população, que permanecia boa parte do ano pelas matas, dedicada às atividades de coleta, caça e pesca. Todas essas características são temas recorrentes nos registros dos viajantes que por ali passaram até a década de 1880. O crescimento da população da capital, notável no fim dos anos 80 (quando a cidade tinha 38.720 habitantes), não alterou, do ponto de vista da implantação urbana, uma atitude diante da natureza menos de intervenção do que de adequação

— pela falta de recursos ou de iniciativas. Manaus não era de modo algum objeto de admiração por parte da elite que ali vivia, que falava da cidade como uma “aldeia” e sonhava com um espaço urbano em tudo distante do que ela evocava de mais forte: a presença impertinente da natureza por toda parte. Às vésperas da proclamação da República, a cidade permanecia acanhada, estrangida espacialmente pelo rio, para onde estava voltada.

Entre 1892 e 1896, durante a administração do jovem maranhense Eduardo Ribeiro, um engenheiro militar, Manaus foi transformada. Foram introduzidos mecanismos legais que visavam a promover um melhor controle do espaço urbano e a nortear a ocupação de novas áreas, garantindo assim os rumos da expansão urbana. Reduziu-se a indiscriminação quanto ao que era comum às casas de “brancos” e “foscos”, à luz do que propunha o novo código, evidenciando-se as diferenças sociais, tão mais visíveis na última década do século XIX.

O Código Municipal de Manaus, de 1893, fornece as indicações de uma cidade pensada como “moderna”. Ele não é apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para a consecução de uma nova sociedade. Por um lado, restringia posturas e hábitos indesejáveis; por outro, estimulava atitudes mais apropriadas a uma “cidade sonhada” e adequada ao “progresso” e à ordem pretendidos.

Os novos bairros previstos eram inteiramente distintos da implantação anterior, pautada numa ligação tradicional com o rio. Ruas largas em traçado reto significavam, o mais das vezes, uma atitude de ação sobre a natureza, submetendo aos trabalhos de canalização as águas dos igarapés que dividiam a antiga cidade. O novo modelo urbanístico adotado era baseado num traçado em forma de tabuleiro de xadrez, e as obras, a partir daí, fizeram com que colinas fossem aplainadas, os igarapés, aterrados, e as ruas avançassem em direção à mata. A cidade passou a ter dois patamares: um voltado para o rio e outro que dele se distanciava, incorporando as áreas de mata ao quadriculado do novo traçado. O eixo principal, inicialmente denominado Avenida do Palácio, quando inaugurado em 1901, recebeu posteriormente o nome de Eduardo Ribeiro, numa homenagem póstuma. Chamado pelos moradores da cidade simplesmente de “Avenida”, indicava o centro simbólico da nova cidade então concebida.

A Manaus modernizada atendia particularmente aos interesses da burguesia e da elite “tradicional”, vinculada às atividades administrativas e burocráticas. Foram implantados vários serviços urbanos: redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação das ruas, circulação de bondes e o sistema de telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha.

Muitos dos que foram para o Amazonas na década final do século XIX e no início do século XX — estrangeiros ligados à exportação e à importação ou funcionários das firmas prestadoras de serviços urbanos e de navegação, e, em menor número, profissionais liberais — passaram a viver nos novos bairros, nos quais as ruas seguiam o traçado geométrico previsto na carta, livre da tirania dos igarapés e de aspecto mais salubre que o antigo centro. Mesmo a construção das casas refletia um estilo de vida distinto, com uma nítida separação entre os locais de moradia e os de trabalho, valorizando-se as residências situadas em amplos terrenos ou chácaras. No estilo das casas e na disposição dos jardins e pomares, expressava-se a diversidade das origens dos que ali passaram a viver: ingleses, americanos, libaneses e, também, exportadores de borracha, médicos brasileiros. A regularidade ou o ponto em comum entre todos esses recém-chegados advinha tanto de sua posição de estrangeiros quanto de seu comportamento mais marcadamente individualista, o que se expressava nos modelos familiares e nas trajetórias dos filhos, comparativamente ao que predominava entre as famílias já estabelecidas. Formava-se um conjunto ruidoso e cosmopolita.

Das iniciativas promovidas por Eduardo Ribeiro depreendem-se as bases de uma significativa alteração das representações e expectativas em relação à cidade, considerando-se o que fora, por exemplo, a cidade provincial: ela não é mais o *locus* onde se constituirá a elite, onde se implantarão os sinais emblemáticos do Império. A elite já consolidada apropria-se agora da cidade que conquistou como lugar privilegiado de consagração da distinção, seja pelo consumo de bens e serviços sofisticados, seja pelo contato e interação com os negociantes da borracha e muitos viajantes que deram seu caráter cosmopolita, ou ainda por ser este mais e mais o lugar privilegiado do investimento simbólico de indivíduos que se articulam como grupo. A cidade conquistada enunciava a efetiva

viabilidade de civilização em tão remota paragem: homens “civilizados” vivendo numa cidade subtraída à selva circundante, embelezada e favorecida pelas benesses do consumo e da engenharia urbana desenvolvida por europeus e norte-americanos. A intervenção urbana promoveu, aos olhos dos que ali viviam, a superação de um atraso histórico. Graças à homogeneidade no estilo, nas funções ou nos usos que tiveram os novos espaços, adveio uma representação de ampla e inequívoca aceitação para os amazonenses sobre a “Manaus antiga”. Este é o cenário urbano da “Belle époque manauara”, por vezes denominado de “Manaus moderna”.

As condições particulares em que se realizou a belle époque na Amazônia apontam para um período em que cidades como Manaus e Belém davam provas evidentes de bem estar, prosperidade e conforto doméstico. O crescimento das duas capitais é sem dúvida emblemático do progresso e da ação controladora do empreendimento civilizador sobre a floresta, como sugeriam ou espelhavam os suntuosos edifícios-monumento, os jardins públicos, as avenidas e o casario renovado. Antes disso, apesar das expectativas em relação ao uso das riquezas da floresta ou à possibilidade de exploração agrícola da Amazônia, nada houve comparável à efervescência social, à excitação, que a economia da borracha promoveu, expondo de forma inédita, nacional e internacionalmente, as sociedades amazônicas.

E a vida “era social”

“Na Manaus antiga, a vida era social.” O comentário é de uma senhora amazonense nascida em 1900, cuja família e vivência dividiam-se entre Portugal e o Amazonas, e que teve parte de sua educação recebida na Europa. Ele sintetiza a efervescência da sociabilidade na pequena Manaus da virada do século, renovada pelo afluxo de pessoas e capitais, exatamente quando as reformas urbanas possibilitaram a transformação da “aldeia” em uma “cidade moderna”. Na Manaus modernizada, a intensidade das interações, dos encontros sociais, das oportunidades de exibição pública, intensificaram-se, permitindo que se tecessem e consolidassem novas relações, promovendo uma base de experiências comuns a indivíduos e famílias que ali revitalizavam as redes de sociabilidade e reforçavam sua identidade social.

A imagem de “vida social” é uma boa apreensão do que foi o convívio entre parentes, vizinhos e amigos e entre os estrangeiros na cidade de Manaus da primeira década do século XX. As novas formas de sociabilidade ligam-se a uma notável ampliação das esferas de contato social, de exibição pública, e aos novos modos de interação que marcaram a vida “mundana” de cidades como Manaus e Belém no final do século XIX e início do XX.

As transformações no espaço físico que remodelaram as duas cidades foram correlatas à ampliação dos espaços sociais, no sentido da intensificação e transformações dos usos tradicionais de esferas de sociabilidade. Notabilizam-se, ainda, pela emergência de novos lugares públicos ou pela publicização de domínios da vida social de um modo inédito. Surgem novas formas de associação, por vezes distanciadas das maneiras mais tradicionais de solidariedade. É no dinamismo da vida social, na multiplicação das interações sociais, que a belle époque amazônica parece ter sido mais espetacular.

As praças — agora reformadas, com novos jardins — exibiam um sofisticado mobiliário urbano em ferro fundido: bancos e coretos, que acolhiam um seletos público nas tardes em que as bandas municipais se apresentavam. Assim, ao calendário das festas e das procissões; aos arraiais

e boi-bumbás; às opíparas merendas realizadas nas “rocinhas” em que outrora se festejavam os aniversários; aos santos juninos; ou mesmo aos acontecimentos cívicos, se superpõem os encontros promovidos por novas sociedades que acolhiam muitos dos novatos naquelas cidades. Reuniões dançantes passaram a dar brilho e animação às *soirées* das ricas capitais, realizadas em salões de sociedades como o clube Euterpe e o Ateneu Comercial, ambos de Belém.

Agremiações e entidades as mais diversas já eram numerosas na penúltima década do século XIX, e, fosse em Manaus, fosse em Belém, incluíam associações partidárias, lojas maçônicas, clubes de diferentes procedências nacionais, sociedades musicais e agremiações científicas. A Associação Comercial do Amazonas ganhava destaque como notável instituição de elite, não só congregando brasileiros e estrangeiros em torno dos interesses comuns relativos à exportação e à importação, mas também promovendo tertúlias e saraus.

Em Manaus, a complexificação das atividades urbanas; a clara definição de uma área comercial correlata à ampliação de áreas residenciais; e os novos bairros previstos no código municipal contribuíram para que fossem afastadas do perímetro urbano atividades que evocassem o contato e o desfrute da natureza, tocando à cidade sobretudo a realização dos negócios e dos prazeres “mundanos” ou estreitamente associados ao consumo cultural: os bailes, as cervejarias e o teatro.

Nas áreas distantes do centro comercial e cívico criaram-se, portanto, locais em que se gestou uma nova sociabilidade, inclusive com a imposição de certos constrangimentos em relação ao que fora até há pouco uma atividade “pública”, como os banhos de rio. Não se pode dizer que este fosse um traço particular de Manaus; mesmo assim, por indicar uma alteração mais abrangente no uso dos espaços tradicionais — no caso, os igarapés —, esta restrição é exemplar da relação com o tempo e com o trabalho nos hábitos dos moradores da cidade, bem como da introdução de certos comportamentos consoantes com as alterações do final do século, espelhadas no traçado urbano. A separação entre áreas de trabalho e áreas de lazer, de dedicação aos esportes e de desfrute da natureza, será, sem dúvida, uma novidade advinda de um estilo de vida mais marcadamente urbano que ali se implantava. Esse novo estilo caracterizava-se menos pelo

adensamento e pela intensificação dos fluxos de transporte ou pela excessiva concentração de pessoas do que por ser expressivo de uma certa “civilidade” e dos novos distanciamentos e aproximações necessários à sociedade cosmopolita de então.

A adesão à prática esportiva, às regatas e às corridas de cavalo expressava também a comunhão de valores identificados com as cidades mais “civilizadas”, incluindo-se certamente o Rio de Janeiro e a mais próxima Belém, onde as atividades no Jockey Clube Paraense e as touradas no Coliseu já eram, digamos, “tradicionais”. Os jornais de 1893 conclamavam o público para a reinauguração do prédio, indicando preços diferenciados para os camarotes com sombra que abrigavam do sol equatorial os de pele mais sensível. Para amenizar o rigor do verão amazônico, os jornais divulgavam receitas para um novo hábito de consumo: o sorvete.

Em Manaus, os eventos esportivos eram quase sempre promovidos pelos estrangeiros em seus domínios particulares — os clubes sociais e esportivos —, de modo que o esporte parece ter se constituído igualmente em “língua franca” entre estrangeiros e brasileiros. Os igarapés deixaram de ser apenas caminhos do tráfego entre as partes da cidade, tornando-se, em seus trechos não canalizados, propícios à prática dos esportes náuticos.

A canalização dos igarapés e a ampliação do abastecimento domiciliar de água, expressões da “cidade moderna”, fizeram-se acompanhar de mais e mais constrangimentos em relação à exposição pública do corpo, de modo que os banhos de rio acabaram circunscritos a espaços específicos, concebidos agora para descanso e divertimento. Entre os estrangeiros que viviam em Manaus, fundaram-se clubes: o Bosque Club dos ingleses, o Rudder Clube dos alemães, os clubes portugueses. Para os brasileiros, mantiveram-se os “banhos”, mas com as características de “clubes familiares”. Novas formas de lazer surgiam, sendo freqüentes as referências, nos jornais, a saídas de lanchas em “viagens de recreio”.

Em Belém, a possibilidade de exposição do corpo e do desfrute das águas ainda era mais facilitada: a vida ao ar livre não se restringia às “rocinhas”, chácaras ou sítios situados nas redondezas da cidade ou aos banhos nos igarapés. Os novos meios de locomoção favoreciam a ida às praias oceânicas e às ilhas fluviais, como o balneário do Mosqueiro.

Entre os anos 1890 e 1900, havia clubes para tudo e para todos em Manaus, o que se manteve por toda a primeira década do século XX, como significativa estratégia de interação social. Os clubes “étnicos” favoreceram a construção de identidade entre indivíduos que, embora oriundos de um mesmo país, não necessariamente tinham vínculos anteriores entre si, o que é pertinente sobretudo no caso de ingleses, franceses e alemães. Tais clubes promoveram a construção de experiências compartilhadas sob novos registros, quando se teciam conexões para além do âmbito restrito das instituições mais tradicionais, como a família.

Em 1904 o “escol da delirosa e endinheirada Capital da Borracha”, como afirmou Genesino Braga em seu livro *Assim nasceu o ideal*, fundou um novo clube social. O nome — Ideal Clube — é sugestivo das pretensões de seus sócios e talvez do que fosse a “vida ideal” vislumbrada por aquele grupo social. Entre os “idealinos” havia brasileiros — políticos, profissionais liberais e aqueles ligados ao comércio da borracha.

Nos jornais, chama a atenção o reconhecimento da necessidade de “diversões”, o que sinaliza para a emergência de um tipo de sociabilidade mais segmentada. Reivindicadas pelos cronistas, sensíveis observadores da vida social, as diversões e os eventos públicos eram objeto de atenção dos diferentes administradores, governadores e prefeitos, preocupados em promover distrações e grandes acontecimentos que favorecessem a vida pública e a convivência “ordeira” nos espaços da cidade — renovada tanto urbanística quanto demograficamente, visto que a grande maioria dos habitantes eram recém-chegados ao Amazonas.

A vida da cidade tomou as ruas. As calçadas da avenida eram ocupadas com mesinhas, “como na França” e tal qual fazia a elite carioca no apogeu de sua belle époque.

O carnaval de rua, promovido pela municipalidade, tomou ares de grande espetáculo. No início da década de 1900, o superintendente de Manaus mandou vir da Europa a decoração dos carros alegóricos que ocuparam a avenida. Foi uma oportunidade para a exibição da elite neste grande cenário da cidade, o espaço aberto por onde passava o curso do “Clube dos Terríveis”, que comandava o Carnaval, promovendo o “entrudo” e os “assustados” ou realizando bailes nos coretos das praças e das avenidas, para adultos e crianças. Do cortejo participava a elite, os

mesmos frequentadores do Teatro Amazonas em noites de gala, num cenário descontraído mas não menos esfuziante, haja vista as batalhas de confete e de flores que tinham como alvo os carros alegóricos e seus personagens.

Nos anos 1900, abriram-se as casas de família para encontros, palestras e música, bailes e tertúlias literárias. Palacetes e amplas mansões expressavam o conforto e bem-estar atribuídos ao período; noticiavam o patrimônio da elite, sua adesão ao conforto e ao gosto pelas novidades. Juntamente com as mobílias renovadas, nas residências urbanas instalavam-se novos aparelhos que, “presos ao teto, tinham pás que moviam o ar e promoviam um agradável frescor”, tal como anunciou o jornal *A Província do Amazonas*. O ventilador adentrou casas e ambientes públicos, amenizando o calor dos trópicos e espantando os insetos. Além disso, afastava temporariamente o forte odor do látex coagulado pela defumação; era o cheiro das pelias, as bolas de borracha que, para serem exportadas, passavam necessariamente pela capital, onde eram abertas e fiscalizadas, impregnando, assim, as áreas centrais de Manaus.

Na década de 1910, eram notáveis ainda a excitação e as numerosas atividades que se apresentavam para os que viviam na outra “capital da borracha”. Em Belém, a vida também “era social”, muito embora o cosmopolitismo, os clubes étnicos, presentes na programação amazonense, não fosse ali tão exacerbado. Em Manaus, os encontros sociais parecem ter sido notadamente marcados pela necessidade de reconhecimento mútuo e de afirmação de identidade, o que é menos visível na documentação relativa a Belém.

Na capital do antigo Grão-Pará, uma elite estabelecida desde os tempos coloniais convivia com novos segmentos urbanos, promotores do comércio e das muitas atividades econômicas que animavam o “maior empório comercial do vale amazônico”. A oferta de diversões e entretenimento era farta. Em 1900, o periódico *A Província do Pará* publicou, na coluna “Belém aos Domingos”, minuciosa programação relativa ao dia 16 de setembro. Nas atividades dominicais incluíam-se muitos dos motivos de orgulho dos políticos envaidecidos de suas iniciativas, as quais conjugavam o embelezamento, a racionalização da oferta dos serviços públicos e a consagração das instituições que, em Belém, distraíam e educavam os

visitantes. Depreende-se da programação uma sociedade pautada numa rigorosa ordem, na qual, no espaço urbano, tudo parecia funcionar como previsto. Aqueles que pudessem se manifestar contrariamente aos padrões propostos estavam inteiramente constrangidos a determinados espaços e a uma temporalidade particular. O governo havia mandado construir, nos arrabaldes da cidade, instalações apropriadas para presos e doentes mentais, reduzindo-se assim a visibilidade destes segmentos destoantes na cidade reordenada e assepticizada do início do século. A visita e a ida a estas instituições tornavam-se um acontecimento particular, para o qual era imprescindível o uso dos transportes como os bondes, que substituíram a viação pública por tração animal. Assim, para os segmentos mais bem situados da sociedade paraense, a programação oferecia atividades para todo o dia, da manhã até à noite. As atividades tinham início com a missa das 7 horas, à qual seguiam-se eventos promovidos pelas muitas instituições leigas e científicas, incluindo-se as visitas aos presos de São José e aos diversos cemitérios da cidade; programas culturais, como a ida ao Teatro da Paz ou ao Museu Paraense Goeldi; o convívio nos cafés-restaurantes de Belém; circos e touradas; e ainda concertos, danças e espetáculos. Todas as opções eram facilitadas pela nova urbanização, pela iluminação elétrica e também pela implementada rede de transportes cujos horários cadenciavam o dia-a-dia da cidade, fazendo emergir uma temporalidade particular.



1. Banquete num bosque de Manaus em 1905. Os trajes, a presença da música e a decoração do ambiente, incluindo as bandeiras penduradas nas árvores, dão o tom oficial e cívico à ocasião.



2. Panorama de Manaus a partir do Teatro Amazonas. A igreja voltada para o porto demonstra o lugar central que o rio tinha para a cidade.



3. A avenida Eduardo Ribeiro, em Manaus, leva o nome do governador responsável pela reurbanização da cidade nos moldes da “modernidade”.



4. Cena urbana de Belém. O Telegrapho Nacional garantia a comunicação com os principais centros mundiais de negociação da borracha.



5. O porto de Belém, termômetro da vicejante economia paraense, intermediava a troca de bens de consumo e culturais entre a Amazônia e a Europa.





6 e 7. O Teatro Amazonas (Manaus) e o Teatro da Paz (Belém): objetivação dos anseios de civilização por parte das sociedades amazonense e paraense.

Poder e fascínio da ópera

O cenário da belle époque tem nas cidades seu lugar mais expressivo; nelas, alguns espaços eram necessários para que as benesses do progresso fossem plenamente desfrutadas pelos indivíduos e famílias de melhor posição social. Por exemplo, dispor de um teatro, ou melhor ainda, de uma casa de ópera, era objeto de concorrência entre cidades. A comparação era um recurso recorrente para as elites amazônicas em seu esforço de valorização dos aspectos urbanos que promoviam uma equiparação à Capital Federal ou uma aproximação inédita de Lisboa e Paris, cidades com as quais muitos dos que viviam no Pará e no Amazonas mantinham estreita relação.

No repertório sobre a bela época na Amazônia, são comuns as referências às casas de ópera e aos espetáculos ali encenados. Filhas diletas da idéia de progresso que caracteriza o expansionismo econômico, institucional e cultural burguês do século XIX, as casas de ópera são um de seus sinais consagrados. Eram os templos profanos, quando perdiam lugar os palácios e as igrejas; expressões de uma outra ordem social e de uma hierarquização da sociedade avessa ao triunfo das classes médias. O Brasil não escaparia deste fenômeno; aqui, foi freqüente o esforço de alguns indivíduos ou dos governos para a construção de espaços laicos com fins educativos e enobrecedores do espírito.

Concebido na década de 1860, quando foi lançada sua pedra fundamental, o Teatro da Paz, em Belém, foi inaugurado somente em 1878. Na década seguinte, o edifício foi reformado e reinaugurado, incorporando nesta ocasião detalhes arquitetônicos que resgataram sua monumentalidade, e ainda os trabalhos de pintores italianos na decoração interna. Em 1881, este teatro iniciou sua primeira temporada lírica.

O Teatro Amazonas, em Manaus, é, na opinião do historiador inglês Eric Hobsbawm, uma “catedral característica da cultura burguesa”. Tal descrição pode ser reforçada por duas peculiaridades do Teatro: sua localização, em meio à exuberante floresta equatorial; e sua singular e multicolorida cúpula. Nela superpõem-se símbolos relativos à ordem republicana e à imagem de progresso que tornam inevitável a associação do edifício aos espaços oficiais, aos rituais políticos. Ela sugere ainda uma

“tropicalização” ou uma transposição especial da imagem republicana, estampada em alegoria de proporções gigantescas.

Supostamente escolhida por um membro da elite na Exposição Universal de 1889, em Paris, a cúpula representa muito bem a mobilização do escol amazonense em relação ao Teatro — incluindo os aspectos práticos da obra. Nesse sentido, o Teatro Amazonas incorporou as marcas de seu tempo, as vicissitudes da demorada construção e as idiossincrasias da elite e dos políticos; ele também aproxima estes indivíduos dos valores que garantiram a disseminação das formas burguesas de divertimento e ostentação, promovendo-os como paladinos dos novos hábitos e idéias ocidentais surgidos no Cairo, no México ou no Brasil.

Além da função específica como sala de apresentações, o Teatro Amazonas constituiu-se como lugar emblemático da elite, o que o distancia do Teatro da Paz. Ele foi o grande salão da “alta sociedade”, agregando aqueles que em outros momentos estavam dispersos em seus clubes, suas atividades profissionais, nas associações marcadas por interesses comerciais, por origem étnica ou por algum esporte.

O destino do Teatro era a ópera. É com este significado que ele aparece no verbete sobre Manaus da *Enciclopédia Britânica*, provável fonte de um dos mais consagrados mitos a respeito da “casa de ópera” e da associação entre “a selva e a lírica”: o de que o famoso tenor italiano Enrico Caruso (1878-1921) teria ali se apresentado na noite da inauguração, 31 de dezembro de 1896. Na verdade, como mostra a programação da casa de espetáculo, Caruso não cantou em Manaus; no dia da inauguração assistiu-se a uma seleta de artistas locais, e somente em 7 de janeiro do ano seguinte estreou a Companhia Lírica Italiana, com a ópera *La Gioconda*, de Ponchielli.

De difícil aceitação por parte do público, não foram muitos os espetáculos líricos vistos nos palcos destes dois teatros; predominavam outras manifestações artísticas: operetas, zarzuelas e, posteriormente, também os espetáculos “mecânicos”, como o cinematógrafo. De qualquer maneira, não há dúvida de que se inaugurou uma nova fase nos espetáculos a que o público da cidade tinha acesso. Ainda que, inicialmente, a qualidade musical dos espetáculos deixasse a desejar — segundo o barão de Marajó, a população “nem fazia idéia do grau de beleza e do encanto ... que se pode

achar na boa execução ou no fragmento de uma ópera” —, ainda assim a lírica adquiria um lugar. Seguindo a tendência e os padrões internacionais, a ópera constituía-se como símbolo do gosto mais refinado; freqüentar a temporada lírica era uma das formas de distinção da elite.

O ritual da ida ao teatro oferecia à elite uma oportunidade de reconhecer a si mesma e aos comportamentos condizentes com as alterações por que a cidade e a sociedade passavam. Os freqüentadores do teatro, ao conferirem os gestos e trajes de cada um, nutriam a fantasia de civilização, de comunhão dos benefícios desta modernidade. O comportamento esperado no teatro expressava-se na movimentação da platéia pelo espaço do prédio (inclusive nos terraços laterais), no uso dos serviços do “botequim” e na demonstração de satisfação. Neste aspecto, as mulheres tinham um papel importante e rigidamente controlado. Se, tradicionalmente, um dos locais de aparecimento público das mulheres era a missa de domingo, o teatro foi a “escola de costumes” da qual participaram as famílias, mas onde eram observados os indivíduos, e especialmente as mulheres.

Na Amazônia, o gosto pelo *bel canto* foi estimulado pela economia da borracha. Além dos edifícios, o fluxo de navios e o dinheiro da exportação deram subsídios ao “desejo da lírica”, fazendo ali chegarem as companhias estrangeiras que ocuparam os palcos do Teatro da Paz e, depois, do Teatro Amazonas. O apoio dos governos dos dois estados foi significativo para que as companhias líricas e artistas desembarcassem no Pará e no Amazonas. A atmosfera musical, para além dos grandes palcos, chegou aos teatros mais populares, invadiu os lares mais abastados e cadenciou o cotidiano da belle époque. A importação de instrumentos musicais e a aquisição de partituras — valsas, operetas e *scherzos* — em recentes edições das casas editoriais européias ou dos estabelecimentos tipográficos em Belém estimulavam a atualização do repertório. A sonoridade dos pianos, agora parte do mobiliário das salas de estar, agregava famílias e atraía admiradores da música e das moças que animavam os saraus ao exibirem suas habilidades musicais. Nas comemorações cívicas tocavam as bandas ou se apresentavam as sociedades dramáticas e líricas que proliferaram na capital do Pará. A platéia do Teatro da Paz chegou ao êxtase quando, em 1882, na apresentação da Companhia Italiana, o renomado maestro convidado Antonio Carlos Gomes regeu *O Guarani*, obra de sua autoria, conhecida

internacionalmente. Carlos Gomes esteve mais de uma vez em Belém e, em 1896, a convite do governador Lauro Sodré, retornou da Europa para dirigir o Conservatório da cidade onde veio a falecer.

Banquetes e bailes

Mais recorrentes que os espetáculos, banquetes e bailes eram, como eles, “rituais de civilização” das sociedades amazonense e paraense — visando também à manutenção ou ao reforço do prestígio da sua elite, que se colocava à altura de seus parceiros nos grandes negócios da borracha. Eram rituais de reconhecimento da elite, de estabelecimento de compromissos políticos, de reafirmação de relações sociais e de demonstração “entre iguais” do refinamento e, no caso dos banquetes, da polidez à mesa.

Estas lautas refeições davam-se em cenários variados. Em Manaus, o próprio Teatro Amazonas por algumas vezes abrigou comemorações promovidas pela elite, bem como recepções de caráter oficial. Por exemplo: em 1902, a Alemanha entrava com sua frota na bacia amazônica. O Cruzador Folke fazia o estudo da navegação do alto Amazonas, a fim de que a Hamburg-Amerika-Linie prolongasse seus serviços até o Peru. Para registrar o acontecimento, a colônia alemã radicada em Manaus recepcionou a sociedade amazonense em cerimônia que ocupou o salão nobre do Teatro. A recepção oferecida pelos alemães foi um evento de expressão internacional em que o Teatro Amazonas teve lugar central; selava a satisfação mútua de alemães e amazonenses em potencializar as trocas comerciais e a proximidade, atualizando duas das antigas expectativas da elite amazonense: o comércio exterior e a presença de europeus no Amazonas.

Por outro lado, um bosque sombreado de Manaus onde, significativamente, predominavam as seringueiras foi o cenário para outro suntuoso banquete. Bandeiras de vários países, penduradas nos troncos das árvores, não só enfeitaram o ambiente e circunscreveram o espaço do evento como deram o mesmo tom oficial e cívico que tinham os banquetes ocorridos no Teatro. Da mesma forma, em Belém, em 1904, o governador ofereceu aos intendentess estaduais um banquete que teve lugar no pitoresco Bosque Municipal, então recém-inaugurado.

Nestes bailes e banquetes, era comum também que fossem dadas jóias, como lembrança da ocasião e sinal da riqueza e do consumo conspícuo belle époque. A esposa do advogado e coronel da Polícia Militar

Benevenuto de Souza Magalhães, que em meados de 1905 saiu com a família em direção ao Amazonas, guardou entre as recordações da viagem não só fotografias do banquete de que participaram, mas também dois berloques de ouro que recebeu como lembrança de um baile.

A ostentação da riqueza nas sociedades amazônicas do início do século XX certamente transbordava para além dos teatros e salões, ganhando as ruas. Jóias eram um tipo de riqueza “móvel”, portátil e de fácil reconversão, algo condizente com o *ethos* e a posição na sociedade de muitos dos comerciantes ligados à exportação e submetidos às incertezas das variações de preços. Para muitos deles não havia sido possível a formação de um patrimônio mais sólido, ou por escolha, ou pelo curto espaço de tempo decorrido desde sua chegada. A dimensão de ostentação da riqueza coaduna-se com a representação mais vulgarizada da “elite da borracha” em seu excesso de consumo tanto de bens de luxo quanto de iguarias.

A vida alegre regada a cerveja

A cerveja e o chope servidos gelados em bares e confeitarias de Belém e Manaus também anunciavam novas formas de convívio social e um outro conforto: o gelo e as câmaras frigoríficas, altamente valorizadas no calor dos trópicos, que contribuía para o desfrute de gêneros alimentícios e sabores importados disponíveis nas cidades amazônicas, como em “qualquer das grandes capitais do mundo”.

Nas duas capitais amazônicas as fábricas de cerveja marcaram a paisagem urbana. Em 1907 o consumo de cerveja no Pará chegou a mais de 2 milhões de litros. A cerveja fornecida pela Fábrica Paraense “era de fato tão boa como a cerveja de Munich” e fornecia mais da metade do que era então consumido no Pará. Em muitas lembranças sobre a “Manaus antiga”, a fábrica é uma referência constante. A Cervejaria Miranda Corrêa, inaugurada em 1909, em estilo art nouveau, contribuía para a “vida alegre da cidade”, abastecendo Manaus com a famosa cerveja XPTO, refrigerantes e gelo. A cervejaria também realizava bailes inesquecíveis para a alta sociedade.

O chope e a cerveja animavam a sociabilidade masculina, quando ao final do dia se reuniam nos clubes ou nos bares os recebedores da borracha, fiscais de Alfândega, representantes das firmas seguradoras e das companhias de navegação, responsáveis pela saída da contrapartida amazônica na tonelage dos navios que cortavam o Atlântico em direção à Europa, aos Estados Unidos ou ainda para o Rio de Janeiro. Refrescados pelo chope gelado ou pela cerveja, realizavam os últimos acertos nos negócios, atentos à cotação da borracha. Comemoravam também a chegada de mais um navio inglês carregado de mercadorias ou avaliavam, os mais intelectualizados, o caso Dreyfus, que tanto ocupava as páginas dos periódicos franceses quanto era traduzido e publicado no *Amazonas*, um dos principais jornais de Manaus — mais uma vez promovendo, agora em outra dimensão, a sonhada proximidade com a Europa. À cerveja e às novidades e hábitos que a vida na cidade “moderna” propunha — “bebidas de todas as qualidades, chopes de frigorífico, alemão e paraense, charutos e cigarros”, como anunciavam, em Manaus, as paredes do bar High Life — mesclavam-

se sabores da tradição amazônica, como as farinhas d'água, seca e de tapioca, os ovos de tartaruga e o açaí.

A cerveja, bebida de baixa concentração alcoólica, está ligada aos prazeres, às necessidades e à tolerância da burguesia citadina, não chegando aos seringais nas mesmas proporções; o álcool consumido pelos trabalhadores da borracha advinha de bebidas mais fortes e adocicadas. Entre as bebidas listadas num registro de 1902 sobre a origem e os produtos vendidos nos barracões de seringais, predominavam as de origem nacional — a cachaça (em grande quantidade, contabilizada em barris e garrações), os licores de frutas (abacaxi, jenipapo, caju), o conhaque, o vermute e a genebra (vindos de Pernambuco) —, seguindo-se outras bebidas, produtos em grande maioria franceses.

Os prováveis consumidores destas bebidas mais fortes eram, no contexto urbano, os trabalhadores de estiva, que delas se serviam no intervalo das atividades de carregamento dos navios, gaiolas e motores, do traslado dos passageiros e da pesagem e conferência da borracha a ser embarcada.

Consumidores e fregueses

Tanto em Belém como em Manaus, nas últimas décadas do século XIX e no início do XX, encontravam-se, sem dúvida, os consumidores a quem o comércio internacional e a riqueza advinda da exportação da borracha facultavam o acesso a bens os mais diversos e sofisticados. Nos anúncios veiculados nos periódicos de Belém, às vésperas da festa do círio de Nazaré, senhoras e senhoritas eram conclamadas a, entre outras vantagens, escolher artigos da última moda parisiense ou provar confeitos franceses, as pastilhas que promoviam curas milagrosas, tudo chegado pelo último vapor. A oferta das numerosas redes de serviço; os portos modernizados em substituição aos antigos trapiches; e a constância da chegada e saída de navios para o Brasil e exterior sempre carregados de novidades promoviam a satisfação e os anseios daqueles que podiam gastar em conforto e prazer — algo que nesta época era tão imperioso quanto ganhar, de acordo com Hobsbawm.

Mas é preciso deixar as cidades de Belém ou Manaus — pontos capitais das trocas comerciais, cidades da riqueza visível, do consumo conspícuo — para chegar a um outro ponto extremo da ampla rede de distribuição de produtos promovida pelos negócios da borracha: os barracões de seringais, incrustados junto às margens dos vários rios por onde houvesse se estabelecido a empresa seringalista. O fenômeno se expressava também no comércio fluvial através dos chamados regatões, que garantiram a ampliação das redes de distribuição de mercadorias no período de maior dinamismo da economia gomífera. Aspectos de um mesmo fenômeno, os seringais participavam do amplo mundo dos negócios não apenas por fornecerem borracha, mas por serem regulamente abastecidos com gêneros alimentícios, bens de consumo e os poucos instrumentos de trabalho utilizados pelo seringueiros.

A partir da década de 1870, expulsos pela grande seca e atraídos pelas possibilidades vislumbradas com a borracha, cerca de 130 mil cearenses chegaram ao Amazonas. Nas áreas de produção de borracha, trabalhavam como seringueiros, os homens que extraíam o látex e o entregavam a um determinado patrão, o dono do seringal ou o seu preposto. Como *fregueses*

do seringal, “não tinham direito a pegar em dinheiro”: mediante a entrega do “produto” — a borracha —, retiravam nos barracões as mercadorias necessárias à subsistência e ao trabalho, configurando-se uma situação de submissão ao patrão e um quadro de crescente endividamento pelos trabalhadores. Nos termos de Euclides da Cunha, em *Um paraíso perdido*, os seringueiros “trabalhavam para escravizar-se”.

Os seringais e seus trabalhadores eram expressão tanto da ampliação das bases geográficas da economia europeia do final do século XIX, quanto da ampliação generalizada do consumo que a economia industrial da belle époque engendrou. Como *fregueses*, garantiam, nos recônditos seringais amazônicos, o significativo aumento do consumo de bens produzidos pelas indústrias europeias e americanas. As variadas origens dos produtos disponíveis nos barracões (cujo abastecimento era feito através dos chamados aviadores) noticiam o pluralismo da economia industrial ou a diversidade do modo como se davam as diferentes presenças estrangeiras no contexto amazônico da belle époque.

Todos estes aspectos distanciavam-se do ideário liberal que, naquela mesma ocasião, no processo da consolidação da República no Brasil, pretendia a implantação de uma nova ordem que facultava a consolidação da sociedade burguesa, baseada no trabalho livre assalariado.

Considerações finais

Por toda a belle époque, os jornais de Belém e Manaus noticiavam com insistência e riqueza de detalhes a chegada, pelo porto de Belém, de novíssimos artigos do exterior. O desembarque animava também o desembarcadouro de Manaus — cujo porto flutuante, com moderna tecnologia inglesa, foi inaugurado em 1903.

O movimento dos navios, o volume dos negócios contabilizado na tonelagem de borracha exportada e na receita arrecadada: todos estes aspectos expressavam a lisonjeira economia dos estados, orgulhosos dos investimentos realizados nas cidades — e sem o recurso a empréstimos! Uma das formas mais notáveis de objetivação da riqueza pelas elites que viveram a belle époque no Pará e no Amazonas — enriquecidas com o comércio da borracha — se expressava na aquisição de embarcações dos mais diferentes calados. As gaiolas, os vapores e demais embarcações ocupam boa parte da iconografia do período, cujos álbuns exibem as “marinhas” ou as embarcações isoladas — em muitos casos fabricadas na Inglaterra —, ou mesmo a sofisticada decoração interior.

Os anos 1910 marcaram internacionalmente o final da belle époque e expressaram a dissolução da organização econômica do século XIX — do que, certamente, a Amazônia não estaria isolada. O movimento dos portos — que, em outros momentos, expressou o dinamismo e a pujança da economia da belle époque —, era sintomático das alterações vividas nas capitais e no interior. Em 1915, o espetáculo da partida dos navios era descrito com pesar em artigo publicado pela revista da Associação Comercial do Amazonas: um êxodo, ocasião em que o roadway apinhava-se de gente que deixava o Amazonas nos vapores, indo para o exterior e para o sul do país. Os navios que faziam o percurso para o interior seguiam vazios de passageiros e mercadorias.

Desde o final dos anos 1910, o comércio aviador ressentia-se da desvalorização do produto no mercado internacional; em 1907, o governador do Pará, Augusto Montenegro, como porta-voz da “comunidade amazônica”, enviou ao presidente Affonso Penna contundente telegrama, no qual considerava as condições do mercado da borracha. Referia-se à queda

nos preços e sugeria a intervenção do governo federal por meio da criação de agências do Banco do Brasil em Belém e Manaus, as quais atuariam como reguladoras do mercado da seringa. Argumentava que, ao defender o comércio amazônico, o governo brasileiro, além de amparar o segundo gênero de exportação nacional, amparava também interesses do tesouro federal, que percebia direitos sobre a borracha extraída no Acre.

Fosse no Pará, fosse no Amazonas, revistas especializadas mantinham a praça informada quanto aos sinais de alterações no mercado internacional da borracha. Em 1908, a produção asiática de borracha atingiu um volume inédito, crescendo em ritmo acelerado a partir de então. Antes da I Guerra, a borracha asiática comercializada superou a amazônica, e os preços da Pará fina — insubstituível quanto às suas qualidades para a fabricação de pneus — despencaram. Diante deste quadro, a Amazônia perdia seu lugar privilegiado como produtora de borracha silvestre.

Em 1911, representantes do Amazonas e do Pará chegaram a um acordo com o objetivo de estabilizar os preços através da formação de estoques. No ano seguinte, o governo brasileiro, atendendo às solicitações dos representantes dos dois estados, aprovou o projeto de Defesa Econômica da Borracha. A iniciativa que visava a racionalizar e disciplinar a produção incluía recursos em estações experimentais, contratação de cientistas estrangeiros, criação de infra-estrutura de estradas e cuidados com os imigrantes. Para as elites locais, a iniciativa veio com atraso; como as demais ações empreendidas, não influiria no mercado internacional da borracha. Em 1916, o governo liquidou com os empreendimentos no setor.

Além das medidas ligadas ao mundo dos negócios, outras iniciativas tiveram lugar. A idéia de implantar uma instituição que promovesse o afastamento das “especulações puramente egoísticas, de natureza mercantil” resultou na fundação — pioneira no país — da Universidade Livre de Manaós, em 1911. Isto se fez graças às subscrições municipais (incluindo-se o então Departamento do Acre), aos donativos feitos pelos lentes e ao auxílio de particulares, como os “proprietários de seringais”, críticos quanto à excessiva ênfase dada às atividades comerciais.

Ao encerrar estas histórias da belle époque, o anfiteatro das cidades é o bastante para recuperar a multiplicidade de situações sociais que a “crise” engendrou. Os efeitos da “decadência da borracha” podem ser percebidos

de diferentes formas, destacando-se as temporalidades distintas existentes entre os fatos econômicos e as estruturas internalizadas, os estilos de vida e as concepções de mundo. Reduzir as transformações ocorridas na Amazônia à “crise da borracha”, tal como entendida e narrada pela história do capital, do volume e do valor das exportações, significa perder de vista uma série de permanências caudatárias das posições particulares dos diferentes agentes sociais que promoveram o amplo “acontecimento da borracha”. A “crise” da borracha foi vivida de diversas maneiras por diferentes famílias e indivíduos, em conformidade com a capacidade de mudança e adaptação às novas circunstâncias.

Nas cidades de Belém e Manaus, os resultados mais imediatos foram sentidos sobretudo pelos segmentos ligados à exportação. Grande número dos estrangeiros responsáveis pelas grandes firmas de exportação deixou a Amazônia com a “crise”. As histórias de vida de amazonenses e paraenses, especialmente aquelas contadas pelos filhos de exportadores, seringalistas, negociantes da borracha e profissionais liberais, estão pontuadas pela brevidade do “tempo da borracha”. Em muitos casos, apenas os filhos mais velhos se beneficiaram com a vida na Europa, para onde haviam ido estudar ou passear.

Com o passar dos anos, parte das elites se distanciou do Pará e do Amazonas. Quando já não era mais o tempo de ir para Paris, de permanecer em Lisboa ou de viver na “Manaus moderna”, a mudança para o Rio de Janeiro e a fixação em um dos prestigiosos bairros da então capital federal foram um recurso legítimo de manutenção do prestígio e de consagração de um estilo de vida.

Quanto ao Teatro Amazonas, no dia 7 de setembro de 1911 era anunciado o “Grandioso Festival Litero-Musical”, organizado pelo jovem violoncelista brasileiro Heitor Villa-Lobos; o programa era oferecido pelo Governador do Estado ao Congresso Estadual. Os novos eventos atendiam a comemorações de ordem mais restrita, distantes do glamour da mítica “casa de ópera” durante a belle époque.

O historiador Pierre Nora, ao tratar dos monumentos na história das nações, afirma que eles são “lugares de memória”, realçando o seu papel decisivo na emergência e configuração de uma “memória nacional”, na medida em que são expressão das intenções, por parte de políticos e

intelectuais, de dar continuidade e determinados aspectos do passado. Assim, o Teatro veio a ser não só objetivação das expectativas e um emblema da elite, mas também um edifício impregnado de referências ao passado e, finalmente, um lugar de memória.

Cronologia

1616 Fundação de Santa Maria de Belém, no Pará.

1669 Fundação do forte São José da Barra do Rio Negro, em cujas adjacências surgiu o povoado da Barra, depois Manaus.

1743 Registro e descrição dos usos da borracha entre os nativos por La Condamine.

1751 Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo por capital, Belém.

1850 Criação da província do Amazonas, desmembrada da província do Grão-Pará.

1852 Instalação da província do Amazonas; organização da Companhia de Navegação do Amazonas pelo visconde de Mauá.

1853 A Barra do Rio Negro passa a ser denominada de cidade de Manaus.

1867 Abertura da bacia do Amazonas à navegação internacional.

1869 Início da construção do Teatro da Paz, em Belém.

1876 Saída de sementes da borracha para o Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra.

1877 Início da migração de nordestinos para os seringais.

1878 Inauguração do Teatro da Paz.

1889 Proclamação da República.

1893-96 Reformas e melhorias urbanas: construção da “Manaus moderna”.

1896 Morte do maestro Antonio Carlos Gomes em Belém; inauguração do Teatro Amazonas, em 31 de dezembro.

1897-1911 Reformas e novos serviços urbanos e embelezamento de Belém.

1908 Início da perda do monopólio amazônico de produção de borracha silvestre; decréscimo nos preços pela entrada da produção asiática.

Referências e fontes

- O conteúdo deste livro, bem como as fontes nas quais ele se baseia, encontra-se mais detalhadamente desenvolvido em minha tese de doutoramento, *O teatro, a cidade e o “paiz das seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX-XX*, apresentada em 1998 ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, encontrável na biblioteca da universidade. Destaco, a seguir, as referências mais relevantes para a seleção aqui apresentada.
- A obra do historiador Eric Hobsbawm a que me refiro com insistência é *A era dos impérios* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992).
- A fonte para os dados sobre a população do Pará e do Amazonas é o *Anuário estatístico do Brasil, 1908-1912, vol.I. Território e população*, publicado pelo IBGE. Em números absolutos, podem ser contemplados no quadro abaixo:

**População do Brasil, Pará e Amazonas
(1872, 1890, 1900 e 1910)**

	1872	1890	1900	1910
Amazonas	57.610	147.915	249.756	358.695
Manaus	29.334	38.720	50.300	64.614
Pará	275.237	328.455	445.356	783.845
Belém	61.997	50.064	96.560	190.000
Brasil	10.112.061	14.353.915	17.318.556	23.414.177

- As informações sobre Belém foram retiradas principalmente das seguintes fontes: no que se refere à década de 1890, de periódicos do Pará (em especial *A Província do Pará*) e de *As regiões amazônicas: estudos*

chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas (Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1895), de autoria de José Coelho da Gama e Abreu, o barão de Marajó; no tocante à primeira década do século XX, do *Álbum do Pará – oito annos de governo*, publicado sob os auspícios do governo do Pará (Paris, Chaponet, 1908). É também deste livro que provêm os dados sobre o volume de mercadoria comercializado e a quantidade de cerveja consumida.

- Os dados sobre a exportação de borracha e café constam do trabalho de Boris Fausto *História do Brasil* (São Paulo, Edusp, 1996).
- As informações sobre a atmosfera musical e teatral de Belém e a atuação de Carlos Gomes no Pará estão disponíveis no livro de Geraldo Mártires Coelho — *O brilho da supernova, a morte bela de Carlos Gomes* (Rio de Janeiro, Agir, 1995).
- O material compilado sobre os espetáculos do Teatro Amazonas e a ocorrência de banquetes e bailes neste edifício foram coletados em *Província do Amazonas, O Boato Teatral, Amazonas e Theatro*, periódicos amazonenses do período.
- Os comentários de Gilberto Freyre sobre Manaus e Belém, bem como sobre os cartões postais encontrados em Lisboa (p.32) acham-se em sua obra *Ordem e progresso*, (Rio de Janeiro, Record, 1990).
- As referências sobre a belle époque no Rio de Janeiro baseiam-se em J. Needell, *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* (São Paulo, Companhia das Letras, 1993) e em Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (São Paulo, Brasiliense, 1986).
- Os dados sobre a universidade livre de Manaus constam dos *Archivos da Universidade de Manáos*, vol.4, n.3, jul.-dez. 1914. Edição facsimilada da *Revista da Escola Universitária Livre de Manáos* (Manaus, Universidade do Amazonas, Associação Comercial do Amazonas, 1989).

Sugestões de leitura

- Sobre a belle époque no Brasil, sugiro a leitura de *História da vida privada no Brasil*, vol.4 (São Paulo, Companhia das Letras, 1998), onde se inclui o trabalho de Nelson Schapochnik “Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade”, com muitas referências a Manaus e Belém. Para o caso do Rio de Janeiro, destaco os trabalhos de J. Needell, *A belle-époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* (São Paulo, Companhia das Letras, 1993); e Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (São Paulo, Brasiliense, 1986). Para uma comparação com a belle époque carioca, sugiro ainda o trabalho de Nicolau Sevcenko *Literatura como missão, tensões sociais e crise cultural na Primeira República* (São Paulo, Brasiliense, 1983).
- Sobre a história econômica da borracha no período em questão, é importante a leitura de *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. 1850-1920* (São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993), da historiadora americana Bárbara Weinstein, que tece comparações relevantes entre o Pará e o Amazonas.
- A respeito da atuação do maestro Carlos Gomes em Belém, e das circunstâncias de sua morte, sugiro o cuidadoso trabalho de Geraldo Mártires Coelho já citado nas Referências e fontes.
- A respeito do Teatro Amazonas, a referência obrigatória é o trabalho em três volumes de Mário Ypiranga Monteiro, *O teatro Amazonas*, publicado pelo governo do Estado do Amazonas em 1966. Uma comparação entre o Teatro Amazonas e o Teatro da Paz pode ser vista em Jussara Derenji, *Teatros da Amazônia* (Belém, Prefeitura de Belém, Fundação Cultural do Município, 1996).

- Para saber mais sobre a vida nos seringais, ver os relatórios de Euclides da Cunha de reconhecimento da região do Alto Purus, por ele visitada em 1904. Incluídos em *Um paraíso perdido* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1986).
- Mais informações sobre Manaus entre 1890 e 1920 podem ser obtidas através da leitura de Ednéia Dias, *Manaus 1890-1920: A ilusão do Fausto*. (Manaus, Valer, 1998).

Sobre a autora

Nasci em Manaus, em 1955. Era a “Manaus antiga”, pontuada pelos emblemas da época da borracha e cujo traçado se mantinha fiel ao que fora projetado na belle époque. Desde o início dos anos 1970 moro no Rio de Janeiro. Iniciei minha vida universitária na PUC, onde estudei geografia, e sou mestre e doutora em antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Em minha dissertação de mestrado estudei os camponeses do sertão do rio São Francisco; no doutorado, “retornei” à Amazônia, ao tomar como objeto de investigação a cidade de Manaus, sua elite e o Teatro Amazonas na virada do século XIX-XX. Atualmente leciono no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Tenho artigos publicados em periódicos especializados e organizo a publicação de minha tese.

Coleção Descobrimdo o Brasil

direção: Celso Castro

ALGUNS VOLUMES JÁ PUBLICADOS:

Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro

Madu Gaspar

Os índios antes do Brasil

Carlos Fausto

O Brasil no Império português

Janaina Amado e Luiz Carlos Figueiredo

Brasil de todos os santos

Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza

O nascimento da imprensa brasileira

Isabel Lustosa

A Independência do Brasil

Iara Lis C. Souza

O Império em procissão

Lilia Moritz Schwarcz

Escravidão e cidadania no Brasil monárquico

Hebe Maria Mattos

A fotografia no Império Pedro Karp Vasquez

A Proclamação da República

Celso Castro

A belle époque amazônica

Ana Maria Daou

Código Civil e cidadania

Keila Grinberg

Processo penal e cidadania

Paula Bajer

O Brasil dos imigrantes

Lucia Lippi Oliveira

O movimento operário na Primeira República

Claudio Batalha

A invenção do Exército brasileiro

Celso Castro

O pensamento nacionalista autoritário

Boris Fausto

Modernismo e música brasileira

Elizabeth Travassos

Os intelectuais da educação Helena Bomeny

Cidadania e direitos do trabalho

Angela de Castro Gomes

O Estado Novo

Maria Celina D'Araujo

O sindicalismo brasileiro após 1930

Marcelo Badaró Mattos

Partidos políticos no Brasil, 1945-2000

Rogério Schmitt

A Era do Rádio

Lia Calabre

Da Bossa Nova à Tropicália

Santuza Cambraia Naves

Ditadura militar, esquerdas e sociedade

Daniel Aarão Reis

No país do futebol

Luiz Henrique de Toledo

O mundo psi no Brasil

Jane Russo

A modernização da imprensa (1970-2000)

Alzira Alves de Abreu

História do voto no Brasil

Jairo Nicolau

Como falam os brasileiros

Yonne Leite e Dinah Callou

Copyright © 2000, Ana Maria Daou

Copyright desta edição © 2004:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua Marquês de São Vicente 99, 1º andar
22451-041 Rio de Janeiro, RJ
tel (21) 2529-4750 / fax (21) 2529-4787
editora@zahar.com.br
www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Capa: Carol Sá e Sérgio Campante
Ilustração da capa: Banquete em Manaus, 1905.
Coleção Lygia Segalla
Vinheta da coleção: ilustração de Debret

Edições anteriores: 1999, 2000

ISBN: 978-85-378-0297-7

Arquivo ePub produzido pela **Simplíssimo Livros**
